



EDIÇÃO Nº 12 – 2º SEMESTRE DE 2011

ARTIGO RECEBIDO ATÉ 28/10/2011

ARTIGO APROVADO ATÉ 11/11/2011

A RELAÇÃO TRABALHO E ESCOLA NAS SOCIEDADES NEOLIBERAIS: UM ADENTRO EM IDEOLOGIAS CORRELATAS

SANDRA ALBANO SILVA¹

UEMS-NA

ALAÍDE PEREIRA JAPECANGA AREDES²

UEMS-NA

*O homem não teria alcançado
o possível, se repetidas vezes não
tivesse tentado o impossível.*

MAX WEBER (1864-1920)

*O que não se pode fazer hoje se pode
fazer amanhã; o que não for feito amanhã,
poderá ser feito depois de amanhã.*

LÊNIN (1870-1924)

Resumo: Este artigo foi escrito a partir das leituras, discussões e reflexões suscitadas no grupo de estudo “Trabalho e educação”, por sua vez ligado ao grupo de pesquisa “ Políticas públicas e Gestão educacional” cadastrado no CNPQ, já alguns anos. Traduz um recorte dos referidos encontros que por terem sido específicos e planejados para os estudos das políticas educacionais e sua relação com o sistema político e econômico em que se desenvolvem nos reavivaram tantas idéias antigas, e levantou outras, também fundamentais, acerca dos fenômenos e fatos sociais que são intrínsecos a essa temática. De todo modo, busca argumentar e quiçá evidenciar a relação entre trabalho, escola e sistema político neoliberal, sob a perspectiva de análise materialista histórico dialética, que por seu método, que aborda a totalidade, possibilita estudarmos os fenômenos e as relações para além das aparências parciais e explícitas. Sem grandes pretensões teóricas, retifica algumas de nossas utopias que reivindicam uma prática educativa que esteja voltada para a transformação do ser para o mais humanizado possível, no sentido de estar voltada para a realização pessoal e coletiva, articulando esta, ao prazer de existir e de realizar coisas com consciência e historicidade.

Palavras Chave: Trabalho, educação, escola, religião, políticas neoliberais, humanização.

Introdução

A relação entre escola e trabalho nas sociedades capitalistas e liberais é inerente, sempre esteve presente, principalmente porque se trata de uma instituição social criada nesse sistema político e econômico para sua sustentação, manutenção, desenvolvimento, equiparação. A escola existe e funciona em relação direta com as demandas políticas e econômicas e como decorrência, com as demandas sociais do mundo moderno, em sua totalidade. Essas demandas, em geral, dizem respeito ao trabalho em sua forma remunerada; é o modo de sobrevivência do indivíduo dentro das sociedades movidas pela relação de produção, compra e venda, onde o principal objeto – material e simbólico- é o dinheiro, representado pelo salário, lucro, acumulação de riquezas e bens.

¹Mestre em Educação e Professora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

² Doutora em educação e Professora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Dessa forma e conforme Marx *apud* CLARET (1986, p.73), o trabalho na maioria das vezes torna-se um instrumento de alienação e depreciação do próprio trabalhador assalariado: “*Quanto mais o operário produz, menos tem para consumir; quanto mais cria valores, mais se deprecia*”.

Ademais, em seu processo de estruturação e organização política as sociedades capitalistas foram, ao longo dos séculos, aprimorando e reorganizando as características e o funcionamento das relações sociais e econômicas e das instituições - estatais ou sob a sua jurisdição - em acordo com as demandas e o contexto de necessidade que o sistema emana. A Educação é, nesse rearranjo, peça fundamental para distribuir valores e difundir/incutir desejos, modelos, padrões de necessidades e até mesmo definir o que é válido, o que não é e o que é prestigioso, aceitável, etc. Ela serve para refletir e assegurar os anseios e necessidades do mercado formando a mão de obra e a ideologia adequada a cada período, além de ser um “passaporte” para o mundo economicamente ativo, que em devir, prospecta aos indivíduos que estes dependem de sua aptidão, seus conhecimentos, sua capacidade de discernir, compreender, interagir, cooperar, entre tantas outras, para obter sucesso no mercado em expansão e em constante mudança.

VIEITEZ (2007) reafirma essa subsunção da escola aos interesses do sistema neoliberal:

O sistema educacional moderno ressoa o movimento feito pelo mercado de trabalho. É ele que prepara a força de trabalho que vai se converter na classe assalariada. O sistema educacional está estruturado para esse fim. O mercado de trabalho determina, ou no mínimo incide razoavelmente sobre a escola e sobre as políticas públicas. Não só ele. Mas duas grandes forças incidem sobre a escola. A primeira é mesmo o mercado de trabalho e a segunda a administração do Estado-Nação. (p.124)

Em decorrência, termos tão usuais e comuns nos dias de hoje, como: marketing pessoal, formação continuada, adequação e atualização profissional, demanda de profissões no mercado, diferenciar e impor qualidade em tudo, eficiência e eficácia ao trabalho e a suas realizações, entre tantos outros conceitos que surgem e ressurgem a toda hora, são assumidos pela enorme maioria de pessoas como lema de vida.

A fluidez com que as informações, as necessidades e os modismos se disseminam na atual conjuntura social faz com que muitas pessoas se desesperem e sintam-se incapazes de acompanhar tal rapidez, e principalmente por falta ou ausência de capital, e por não atenderem as demandas do mercado de trabalho, ficam na marginalidade, na mendicância e a deriva dos economicamente ativos. Esses são os excluídos; incluídos nos programas de assistência social (quando o são) e que causam escárnio (mesmo que velado) à grande maioria da população, pois além de exporem o fracasso do homem perante a realidade, perpassam a idéia de que qualquer um pode ficar na mesma situação. Que é necessário cuidar de adaptar-se, interagir eficientemente para que também não se chegue a tal condição. E isso causa um mal-estar em todos, que consciente ou inconscientemente, sabem que é tênue a linha que nos separa de tal população.

O exército de desempregados e excluídos do acesso ao trabalho, à cultura, a saúde, a educação, ao consumo, tornou-se um espectro, um ícone, um totem, uma imagem real e cruel de que é preciso correr e se enquadrar no perfil requerido pela sociedade do capital. A Educação é nesse caso, um passaporte (mas não a garantia) para isso. Caracteriza a livre concorrência. A ideologia de que quem pode mais ganha as concorrências impostas pelo contexto. A busca e a conquista pessoal pelo esforço, pela capacidade cada vez maior de adequar-se às demandas, ter, possuir, estar dentro dos projetos do futuro, é então, a força motriz para o homem contemporâneo. O *ter* num mundo que prima por privilegiar o capital é tudo que é de mais almejado.

Até a religião passou a assumir esse caráter de supervalorização do *ter*, na idéia exacerbada de que “Deus quer você rico”. As pessoas, em geral e prioritariamente aquelas que temem por estarem vulneráveis a pobreza extrema e ou buscam a melhoria econômica, associam-se a Deus numa espécie de troca: eu te louvo e você me dá êxito econômico. Segundo PIERUCCI, *apud* BIANCARELLI:

O protestantismo do século 17 dizia que Deus iria coroar de sucesso o fiel que trabalhasse. O trabalho era recompensado. Já o neopetencostalismo valoriza o dinheiro. Você dá dinheiro para a igreja e quanto maior a sua generosidade, maior a tua recompensa. Isso nunca houve. É como se fosse uma aplicação, você investe na igreja e aguarda o retorno de Deus. A teologia da prosperidade é americana, mas foi processada aqui e hoje é exportada. É um jeito de orar cobrando: Eu te dei todas as minhas economias, você é fiel e vai me recompensar. (Jornal O Estado de São Paulo. 11 de fevereiro de 2007, p. J.3.)

O embaraço que esta visão deveria causar se dissipa ou é diluído pelo ideário neoliberal que prega a moratória ao indivíduo desde que ele nasce. Ao ser registrado, segundo o bordão (em propaganda do governo veiculada na mídia), passa a ser cidadão. Do contrário, nem isso é, posto que, existe de fato, mas não de direito. O conceito de cidadania, então, no linguajar do senso comum, passou a ser a existência jurídica como pessoa física.

A escola cada vez mais precoce (Educação Infantil (0-5 anos), Ensino Fundamental de 9 anos), é um exemplo de que a sociedades se institucionalizam como forma de viabilizar o mercado. Este atendimento precoce por parte do Estado às crianças ocorre correlacionado com a saída da mulher do lar para as fábricas. Sem dúvida, é notório que essa situação ocorreu de forma desordenada e massiva nas classes populares, e apesar das conquistas sociais, em muitos municípios persiste a grande demanda por creches sendo que as mães de baixa renda, por falta de opção deixam os filhos em mãos de terceiros como o caso de irmãos maiores e outras mulheres vizinhas, colocando a prole em risco e intempéries de toda ordem.

Em 1920, já no I Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, GETÚLIO VARGAS, por ocasião do seu primeiro mandato presidencial, em discurso, indicou a necessidade de o governo pensar na criação de creches para educar e cuidar de crianças em idade pré-escolar, já que era comum, as mães buscarem trabalho e atividades remuneradas para poderem suprir as necessidades básicas de sobrevivência:

A dissolução atual da família, a dissolução de seus elementos pelo enfraquecimento da autoridade paterna, pela ausência da mulher no recinto do lar, pela guarda dos menores em mãos mercenárias dão à família moderna uma estrutura frágil e inconstante. (Vargas, *apud* Sônia Kramer, citado por Silva, 1997, p.26).

A citação acima corresponde a uma visão desenvolvimentista/compensatória da época, que via nas creches, uma forma de suprir a carência das crianças pobres, primeiramente daquelas de mães que trabalhavam fora do lar. Carência esta, que extrapolava o carinho materno, e passava também, pela necessidade de cuidados básicos de higiene e alimentação e educacionais. Esta visão, assumida pelo então governante, não era desarticulada ou inovadora. Ao contrário, traduz uma realidade já comum na Europa, nos países em expressiva expansão industrial e urbana. CAMPOS (1987), *apud* SILVA (1997, p.19), reforçam esses apontamentos:

Na França, já no final do século XVIII eram criadas as *garderies* para abrigar as crianças durante o período de trabalho das mães. Na Itália, em Turim, em 1827, foram fundados os *Asili Infantil*, semelhantes às *garderies*. Na Bélgica, no mesmo ano surgem as *écoles gardiennes*. Nos EUA, o atendimento às crianças em idade pré-escolar torna-se uma preocupação crescente em meados do século passado. A primeira *Day Nurse* que se tem notícia foi aberta em 1854 em Nova Iorque para atender os filhos dos trabalhadores pobres.

Assim, a escola, ao mesmo tempo em que atua como uma “fábrica”, é também uma posterior adega de pessoas esperando a hora de serem consumidas/escolhidas pelo valor que representam, pela imagem que passam, enfim, pelo que oferecem. Serve também - como é freqüente na fala do senso comum-, como substituta da família na criação e educação de crianças. Vide as demandas cada vez maior por creche, que é notável em todo o país.

Ademais, ao cursar a escola, o sujeito passa a vislumbrar através desta, a preparação para uma vida melhor. É comum que toda e qualquer pessoa diga para os filhos: estudem. Esse é o melhor caminho. O que fica difícil, aos milhões de miseráveis, nascidos e criados na miséria, é aceitarem que os anos gastos na escola serão válidos depois. Como esperar pra quem não tem tempo? A barriga vazia, a falta de energia elétrica, água, saneamento, gás, o desconforto, a inadequação, entre tantos outros fatores, elevam a taxa de exclusão/desistência, posto que, não podem “pagar” a moratória para receber um certificado de que são capazes de ingressar na economia e obterem êxito. Podem também nem ingressar já que vão competir com outros, que talvez menos expostos ao mal-estar da miséria, estarão mais aptos, visual e em termos de contatos sociais, para alcançarem cargos e ou empregos.

O fato de um grande contingente de pessoas das classes populares evadirem ou nem entrarem na escola, já indica que estão e que possivelmente, sempre estarão fora: do mercado de trabalho e consumo, dos recursos sociais e culturais, da saúde e previdência etc. Mas isso se torna “natural” à medida que, essa “escolha” é vista como decorrente da própria incapacidade individual dos fracassados; que o são já por não terem força de vontade e persistência o suficiente num mundo competitivo e individualista que requer

tais habilidades. Esse argumento liberal é reproduzido até mesmo pelos próprios marginalizados que em muitos casos se vêem realmente assim.

É notório, mormente em salas de aula da EJA-Educação de Jovens e Adultos, que os mais idosos estão ali, em sua quase totalidade não como busca da porta de acesso para um emprego, mas como ponte para falarem com Deus, haja vista que em Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), orientado por nós e realizado pela aluna do curso de Letras da UEMS (MS), Marta Benjamim (2007), os alunos com mais de 50 anos, em quase totalidade, disseram que querem dominar a leitura e escrita para ler a Bíblia e poderem *falar melhor com Deus*. Todavia, esse *falar com Deus*, é, acima de tudo, investir nos filhos, netos, enfim, nos seus, que precisam de emprego, dinheiro e prosperidade, e não os conseguem por meios objetivos, pelos motivos que nem precisam ser novamente evocados, mas que podem ser facilmente vislumbrados, pela lente do olhar crítico e embasado teoricamente. Dessa forma, precisam do apoio divino perante tantos obstáculos a serem transpostos cotidianamente.

Mediante essas reflexões iniciais, o objetivo desse texto, então, não é mais uma vez teorizar sobre a Educação e seu papel nas sociedades capitalistas e ou neoliberais. Mas acima de tudo, questionar, refletir sobre esta instituição em sua complexidade, para desencadear, também em nós, mais um recomeço na trajetória ao estudo e proposição de ações e práticas emancipadoras para a mesma, que prima por ser burocrática e tutelar. E como conseguinte, uma espécie de moratória ao estudante (ao menos em suposição), para a vida realmente ativa do ponto de vista econômico.

Parafraseando VIEITEZ e BARONE, o estudante é o homem tutelado pelo estado. A escola por sua vez, é um indexador de que ele tem ou não qualidade. De todo modo, e ainda sob esta concepção, por menos direta que seja a subsunção da escola aos interesses do capital, não é de modo algum, isenta destes. Pelo contrário, é elemento essencial para a viabilização do funcionamento do sistema vigente.

Priorizando o Brasil, vemos que a visão moratória é notável na Educação, na religião, na atuação profissional (onde o empregado visa agir com eficiência a fim de obter acesso a outros cargos e até a estabilidade), enfim, em todos os setores da vida cotidiana.

A visão moratória é corrente, haja vista que ela é explícita e direta na religião, mormente nos países periféricos. Tanto que é no Brasil que o neopetencostantismo se expandiu e tomou força, mais até que nos países periféricos como México, Thaiti, Venezuela, entre outros, que também seguem a mesma corrente. Processo moratório semelhante, porém, mais elaborado e implícito vem ocorrendo com o financiamento do Ensino Superior pelo Estado, que propõe que todos (financia o ensino particular para os que não podem pagar), devem ingressar no ensino superior e buscar, através do diploma, se adequar ao mercado. Contudo, nem mesmo o diploma é mais garantia de inserção no mundo do trabalho remunerado/assalariado e da economia ativa. É só mais um meio, um instrumento. Ao possuí-lo cabe aos indivíduos correrem atrás de seus interesses, investirem em si, na sua aparência, na sua rede de relações, na sua fé, ou seja, na adequação e forma (s) mais eficientes para obterem acesso a um possível roteiro ao sucesso e ou, apenas a sobrevivência na profissão.

É interessante frisar que ser eficiente naquilo que se faz não é algo negativo. É bom quando indica um percurso de aprimoramento e gosto pelas realizações, pelo trabalho. Como forma de exercer a experiência, a prática, a criatividade, é até benéfica. Não como mais um mecanismo para praticar a concorrência capitalista.

WALERSTEIN, 2003, p. 98 destaca:

A eficiência é um fenômeno desejável, mas é um meio para determinado fim. Qual é o fim para qual a temos destinado? Não podemos usá-la para outros fins? Por exemplo, se aumentarmos a produção de aço, de computadores ou de cereais_ isto é, se demonstrarmos que eles podem ser produzidos com o mesmo nível de qualidade por um custo menor em termos de insumos, por que motivo fizemos isso? Se não houvesse recompensas pela acumulação do capital, mas existissem recompensas para satisfazer as necessidades reais das pessoas ou para ampliar a distribuição, será assim tão inconcebível pensar que as pessoas que estão realizando a operação não iriam trabalhar eficientemente? Por certo, isso não pode ser verdade ou não poderíamos justificar o conjunto total de atividades que chamamos de atividades profissionais. (p. 98).

Olhando as crianças, jovens e adultos nas escolas e universidades, e sabendo de tudo isso, cria-se em nós certo desencanto, pois vemos que apesar dos muitos ideários formativos críticos que estes locais comportam e que, contraditoriamente os constrói, em média, acabam sendo processadores de produtos (humanos) para o mercado. Uns, serão comprados/contratados. Uns mais valorizados que outros; tantos serão descartados, expurgados, alijados de exercerem a formação; mas ainda assim, diferentemente do que a aparência indica, também terão muita utilidade para o sistema, pois servirão como espectros para os “vencedores”, como que dizendo: *Eu estava lá com você, éramos parecidos e hoje estamos tão diferentes. Cuidado! Você foi “privilegiado”, mas pode sofrer alguma cobrança ou castigo por isso e ficar como ou pior do que estou.*

Essa é a sensação que temos quando vemos colegas, alunos, parentes, enfim, conhecidos, em situações de desemprego, subemprego, de pobreza ou de restrição de acesso aos bens sociais, econômicos, materiais e culturais. Sentimos-nos, de certo modo, culpados pelos bens que possuímos, mesmo que estes tenham sido obtidos a duras penas pelo trabalho assalariado. Nosso carro, casa e tudo aquilo que nos permite certo conforto e praticidade, quando obtidos, não são motivo de orgulho, como para os alienados, que por desconhecimento, assim pensam e agem. Quando vemos as pessoas nas ruas, com o olhar vago, suando, andando sem rumo, *procurando um doutor em algum lugar* (emprestando a frase de VIÁFORA (1999) em sua canção: A Cara do Brasil), emanando ares e odores que ainda mais as segregam, como se fossem culpadas por não terem bons perfumes, roupas, carros e casas frescos, adaptados e equipados para enfrentar e conviver com as intempéries do clima, da violência, da insegurança, da privação; sentimos-nos mal. Sentimos um misto de culpa e vergonha às avessas.

A esperança de transformação, porém, é a força propulsora para crermos que apesar de ser um instrumento do Estado, a Educação nunca será totalmente controlada e ou determinada. FRANCISCO DE



CAMPOS, *apud* MONARCHA 1989, p.74, já nas discussões escolanovistas do início do século passado, ressalta o poder imprevisível da ação educacional, quando diz:

Se a escola, porém, pela educação adapta a criança à vida social, fazendo-a assimilar a ordem intelectual e moral reinante, de que ela é um poderoso instrumento de conservação, ela por sua vez, como órgão de aspirações e ideais, reage sobre a sociedade, a cujo serviço é destinada, introduzindo-lhe na circulação fermentos e reativos que lhe provocam alterações e transformações profundas. Agindo, quer indiretamente ou por intermédio dos futuros cidadãos, cuja inteligência e cujo caráter receberam a marca de sua influência em mental em via de resfriamento e condensação e, por conseguinte, plástico e ceroso.

É essa perspectiva crítica, contraditória, dialética e dinâmica de compreensão do real, que nos põe em xeque, nos desestabiliza, e nos faz refletir profundamente, quando precisamos falar para aquela criança, que vem pra escola com os olhinhos admirados até mesmo com a merenda que esta oferece, oriunda de famílias que só têm (quando têm) o mínimo para sobreviver com resquícios de dignidade, que ela deve estudar durante uns doze anos para poder começar a trabalhar. Doze dias; doze horas, para essas pessoas podem representar vida ou morte. Doze anos, então, é muito tempo! Como educar e formar educadores sob o viés liberal que financia, organiza e legaliza a Educação, se o maior número de pessoas usuárias são vítimas quase que irremediáveis do próprio sistema e compõem o maior percentual da população dos países em desenvolvimento ou periféricos como o nosso?

Sem dúvida, pensar a educação convém repensar antes, e de forma articulada, o sistema político/econômico em que ela está acontecendo. Formar para quê? Para o mercado, para a ideologia neoliberal, para a transformação individual, social, pessoal, grupal? Sob quais paradigmas? Se tudo se justifica por ser útil ou funcional, educar para quê, senão para o ingresso e acesso a vida produtiva ativa e digna. Mas o que é ser digno num mundo em que a ética, inclusive religiosa prega o individualismo, a poupança, a previdência ou seguro para um futuro incerto? O investimento econômico e pessoal no agora como troca com o mundo espiritual para a vida harmoniosa na Terra? Como ter harmonia com medo, com trabalho desumano? Como acompanhar as máquinas para não ser trocado por elas? Como ser reconhecido se uns pregam que é melhor não ser muito visualizado para não ficar exposto demais? Ser alvo de invejas, perseguições, injustiças, cobiça etc. que podem ocasionar desestabilizações. É comum ouvirmos que é bom fazer nosso serviço, aparecer pouco e ganhar o nosso salário sem nada mirabolante, sem pirotecnia, sem riscos. É para ser apático ou ativo? Pensamos que depende da ocasião, do contexto, dos pares. Depende...

Questões como estas e tantas outras eclodem em nossa mente numa busca de perspectivas de superação para a falta de objetivos e ou a adoção de novos objetivos pela Educação que se proponha crítica, reflexiva e transformadora. A nosso ver, essa tarefa é urgente, pois com os quais atua, têm se mostrado incoerentes com a proposta crítica de transformação social da qual partilhamos. Essa busca nos reporta mais uma vez a WALLERSTEIN, 2003, p. 119:



Uma nova ordem irá surgir desse caos no decorrer de um período de cinquenta anos, e que essa nova ordem será configurada em função daquilo que todos nós fizemos nesse intervalo – aqueles que têm poder no atual sistema e aqueles que não o têm. Essa análise não é otimista nem pessimista, no sentido de que eu não predigo, nem posso prever, se o resultado será melhor ou pior. No entanto, meu argumento é realista ao tentar estimular a discussão sobre os tipos de estrutura que poderão, realmente, nos ser mais úteis e os tipos de estratégias que possam nos levar naquelas direções.

São essas idéias “utopísticas”, compartilhadas por tantas pessoas em todo o mundo, que nos animam para prosseguirmos na busca de um novo sentido para uma educação escolar. Esse sentido, de início, está vinculado a objetivos que visem à vida, à alegria e à realização intrínseca dos sujeitos. Que tenha metas subjetivas de formação (mais amplas do ponto de vista da realização emocional do sujeito) bem mais eficientes que as objetivas /funcionais praticadas, no sentido destas se restringirem apenas a serem utilitárias e funcionais ao mercado.

Considerações finais

Construir e ou descobrir e criar novos sentidos para a formação de sujeitos, e principalmente para a formação de novos educadores e profissionais para a sociedade, que é onde atuamos mais diretamente, é um ato sumário a fim de que, cada um e todos, possam, também, (re) significar valores, critérios, ações e idéias mais humanitárias. Uma escola que supere a sua função de indexadora, e seja, mais um espaço para a reflexão, a intelectualização, a criatividade, a ciência. Onde as pessoas se reúnam de forma planejada e sistemática para que possam de fato ser agentes, atores e autores da história, partindo sempre, da consciência sobre a sua própria história.

Sugerimos que na escola que está por vir, todos tenham poder para rir, para pensar, para querer ou não, para ser respeitado, para solidarizar-se com situações de exclusão e submissão, saber indicar perspectivas e fazê-las acontecer. Então, quem sabe, o trabalho, que até então, nas sociedades globalizadas, tem se caracterizado com algo alienante e alienador, para não dizer algo pior, possa recuperar, senão completamente, ao menos em essência, sua característica ontológica como fundamento do ser social. Recuperando a sua essência eminentemente humana, o trabalho muda o foco, passa a ser fonte de realização, e não simplesmente como um instrumento de submissão e de poder da sociedade capitalista.

Segundo MARX (*apud* CLARET 1986, p. 79):

O trabalho não é a satisfação de uma necessidade, mas apenas meio para satisfazer outras necessidades. O trabalhador só se sente à vontade em seu tempo de folga, porque o seu trabalho não é voluntário, é trabalho forçado. Uns consomem superfluamente o que outros produzem obrigados pela necessidade, recebendo estritamente o necessário. O salário é o preço da força de trabalho.



Em tempo, e ainda segundo MARX (idem, p. 94), cabe a todos mais que conhecer a realidade buscar transformá-la: “*Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diversas maneiras. O que importa é modificá-lo*”.

É nesse intento que nossa consciência de educador nos clama: Não esmoreçam. Avante sempre. O que é utopia hoje, não é impossível amanhã. É idéia, mas desde que é já passa a ser instância fomentadora do por vir, do que está sendo gerado.

REFERÊNCIA

APEOESP. **Revista de Educação**. Sindicato Estadual. São Paulo, Maio de 2006.

AREDES. Alaíde Pereira Japicanga. **As Instâncias de participação da Escola Pública: uma contribuição para a democratização nas relações de trabalho**. Marília (SP). 2001. 110 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista.

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1986.

CLARET. Martin. **O pensamento Vivo de Marx**. Editora DPL. São Paulo. 1986.

MAQUIAVEL. Nicollo. **O Príncipe**. Tradução de Pietro Nasseti. Editora DPL. São Paulo. 2006.

MONARCHA. Carlos. **A Reinvenção da Cidade e da Multidão. Dimensões da modernidade brasileira: a escola Nova**. São Paulo. Cortez. 1989.

ORGANIZAÇÃO E DEMOCRACIA. [Faculdade de Filosofia e Ciências- Unesp]- organizado por Candido Giraldez Vieitez e Neuza Maria Dal Ri. Marília. Unesp publicações 2000 - Anual nº 3, 2002.

SILVA. Sandra Albano. **As Concepções dos Educadores de Creche e as Possibilidades para o Desenvolvimento Infantil**. Marília (SP). 1997. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista.

THOMAZ JR. Antonio. **Por uma Geografia do Trabalho**. Professor do Curso de Geografia da Unesp de Presidente Prudente. Xerocópia. S/Data.

VAISMAN. Ester. **Marx e a Filosofia: elementos para a discussão ainda necessária**. Nova Economia. Belo Horizonte. MG. 2006: 327-341.

VIÀFORA. Celso. **A Cara do Brasil**. Compacto Disco (CD). RGE. Barueri. SP. 1999.

VIEITEZ. Candido G. & BARONE. Rosa Elisamirra. (organizadores). **Educação e Políticas Públicas. Tópicos para o debate**. Junqueira e Martins editores. S/C.

WALLERTEIN. Gilberto. **Utopística ou as Decisões Históricas do Século Vinte e Um**. Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes. 2003.